

IDENTIFICAÇÃO DE BARREIRAS TÉCNICAS E ARQUITETÔNICAS DE ACESSIBILIDADE EM GURUPI-TO

Mathias Melo Santana¹, Karlos Eduardo Nunes Casado², Marco Antônio de Menezes Rêgo³, Mauro Luiz Erpen⁴.

¹Estudante do Curso Superior de Engenharia Civil – IFTO. Bolsista do Programa de Iniciação Científica IFTO. e-mail:

mathias.santana2@estudante.ifto.edu.br

²Estudante do Curso Superior de Engenharia Civil – IFTO. voluntário do Programa de Iniciação Científica IFTO. e-mail:

karlos.casado2@estudante.ifto.edu.br

³Estudante do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio . Bolsista do Programa de Iniciação Científica IFTO. e-mail:

marco.rego@estudante.ifto.edu.br

⁴Docente do Curso Superior de Engenharia Civil – IFTO. Orientador(a). e-mail: mauroluiz@ifto.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A acessibilidade urbana é essencial para garantir igualdade de oportunidades e participação social, permitindo que todas as pessoas utilizem os espaços públicos com segurança e autonomia. Apesar da NBR 9050 (ABNT, 2020) definir normas técnicas, muitas cidades brasileiras ainda possuem barreiras que dificultam a mobilidade de Pessoas com Deficiência (PcD) e com Mobilidade Reduzida (PMR).

Segundo o IBGE (2010), 23,9% da população brasileira possui algum tipo de deficiência, evidenciando a necessidade de adequações no ambiente construído. Em Gurupi-TO, muitos espaços públicos ainda não atendem aos princípios do Desenho Universal, que visam criar ambientes acessíveis à maior parte da população (Martins, 2012; Landim, 2010; Cambiaghi, 2012).

Diante desse cenário, este estudo tem como objetivo identificar e caracterizar barreiras de acessibilidade no município, propondo soluções técnicas alinhadas à legislação vigente, com vistas à construção de um espaço urbano mais inclusivo e democrático.

2 OBJETIVO

Identificar barreiras técnicas e arquitetônicas de acessibilidade no centro de Gurupi-TO, propor soluções adequadas e promover ações de sensibilização junto à população.

3 MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa e exploratória, desenvolvida a partir da combinação entre pesquisa bibliográfica e estudo de campo, com o intuito de identificar e propor soluções para barreiras de acessibilidade no município de Gurupi-TO. O referencial adotado fundamenta-se na NBR 9050 (ABNT, 2020).

O percurso metodológico foi estruturado em etapas sucessivas, que compreenderam a delimitação da área de estudo em duas escalas de análise, a unidade de vizinhança (macro) e a quadra (micro), seguidas do levantamento dos elementos urbanos existentes, considerando calçadas,

sinalização e infraestrutura de circulação. Na sequência, foram identificadas as barreiras que comprometem a mobilidade de pedestres, especialmente pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Por fim, foram elaborados materiais de divulgação (panfletos), com o objetivo de sensibilizar ações colaborativas.

A coleta de dados ocorreu por meio de observação direta *in loco*, registrada por fotografias e anotações sistemáticas em caderno de campo. Posteriormente, as informações obtidas foram organizadas, possibilitando a análise comparativa e a hierarquização das barreiras identificadas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As principais barreiras de acessibilidade na região de Gurupi, destacando problemas como irregularidades nas calçadas, inexistência ou inadequação de rampas de acesso (como ilustrado nas figuras 1A e 1B), e a ausência de calçadas (figura 1C). Esses fatores comprometem a mobilidade e a segurança, especialmente pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, em desacordo com os parâmetros estabelecidos pela NBR 9050 (ABNT, 2020).

Figura 1: Barreiras identificadas



(A) Inclinação inadequada

(B) Ausência de rampa

(C) Descontinuidade de calçada

Fonte: Dados da pesquisa.

Além das barreiras já mencionadas, foram observadas outras situações que impactam diretamente a circulação e a segurança dos pedestres. A instalação de lixeiras em altura inadequada (figura 2A) dificulta o uso por pessoas com deficiência física. Buracos e irregularidades na superfície das calçadas (figura 2B) aumentam o risco de quedas e acidentes, enquanto obstáculos temporários, como materiais de construção depositados sobre a faixa de circulação (figura 2C), reduzem a largura útil das calçadas e forçam os pedestres a desviar para a via de tráfego.

Figura 2: Barreiras identificadas



(A) Altura inadequada

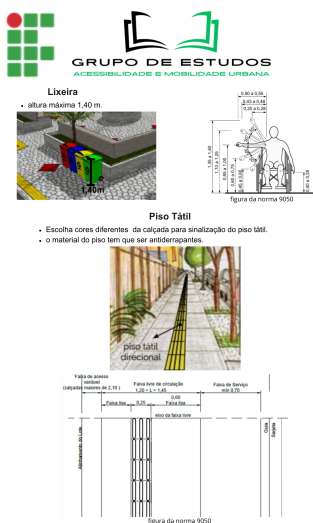
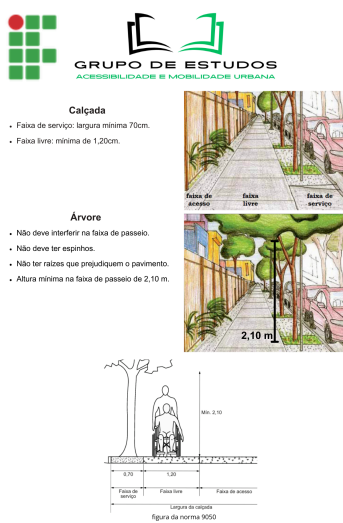
(B) Buracos na calçada

(C) Obstáculos

Fonte: Dados da pesquisa.

Além das propostas técnicas, a pesquisa incluiu ações de sensibilização por meio da elaboração e distribuição de materiais informativos. Essa iniciativa reforça a ideia de que a efetividade das intervenções físicas depende da integração com estratégias de educação urbana, que promovem conscientização no processo de transformação do espaço urbano.

Figura 3: distribuição de materiais informativos



(A) Panfleto

(B) Panfleto

(C) Panfleto

Fonte: Dados da pesquisa.

Os resultados confirmam estudos sobre acessibilidade em áreas centrais de cidades médias brasileiras (Aguiar; Silva et al.), evidenciando que a combinação de diagnóstico técnico e políticas de sensibilização é essencial para promover a inclusão urbana. Em Gurupi, a acessibilidade configura-se não apenas como um requisito normativo, mas como um direito fundamental à cidade.

Diante das barreiras observadas no centro urbano de Gurupi, a principal solução proposta consiste na elaboração e distribuição de materiais informativos, como panfletos educativos,

voltados à comunidade local. Esses materiais têm como objetivo conscientizar a população sobre a importância da acessibilidade, abordando questões como a ocupação indevida de calçadas e a obstrução de rampas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidenciou que o centro urbano de Gurupi-TO apresenta barreiras significativas de acessibilidade, como calçadas irregulares, rampas inadequadas, ausência de sinalização tátil e obstáculos físicos que comprometem a mobilidade de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Constatou-se que a promoção da acessibilidade não se restringe ao cumprimento de normas técnicas, mas exige também ações de sensibilização capazes de estimular mudanças culturais na forma de planejar e utilizar os espaços urbanos. Assim, conclui-se que a construção de uma cidade inclusiva depende do esforço conjunto entre poder público, comunidade e profissionais, garantindo a incorporação dos princípios do Desenho Universal e o reconhecimento da acessibilidade como direito fundamental para o exercício pleno da cidadania.

6 AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao IFTO pelo apoio institucional, financeiro e pela bolsa de Iniciação Científica, essenciais para a realização desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, F. O. *Acessibilidade relativa dos espaços urbanos para pedestres com restrições de mobilidade*. 2010. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 12 mar. 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). *NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

CAMBIAGHI, S. *Desenho universal: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas*. 3. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2012.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

LANDIM, C. B. P. *Avaliação da acessibilidade em edifícios públicos em Fortaleza*. 2010.

MARTINS, A. M. D. *Fatores determinantes da retenção dos alunos no ensino superior: teste de um modelo*. 2012. Projeto de Mestrado em Gestão de Recursos Humanos – ISCTE Business School, Departamento de Recursos Humanos e Comportamento Organizacional, Lisboa, maio 2012.

SILVA, L. P.; OLIVEIRA, R. F.; SANTOS, M. A. *Acessibilidade urbana em cidades de porte médio: desafios e perspectivas*. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 21, n. 2, p. 85-102, 2019.